

Município de Estarreja

Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja

Declaração Ambiental

A presente Declaração Ambiental do **Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE)** visa dar cumprimento do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estando estruturada de acordo com as sub-álneas i) a v).

i) Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integradas no PUCE

O PUCE foi sujeito a um processo de Avaliação Ambiental em que foram identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos negativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

Em Setembro de 2008 foi apresentado um primeiro relatório em que foram identificados os **Factores Críticos para a Decisão (FCD)**, juntamente com a metodologia de abordagem. Este relatório, que definiu o âmbito da avaliação ambiental a realizar, foi sujeito a um processo de consulta dirigido às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE).

Os FCD definidos, nomeadamente os Recursos Naturais e Patrimoniais, a Qualidade do Ambiente, a Qualidade de Vida e o Ordenamento do Território, permitiram estruturar a análise e a avaliação de oportunidades e ameaças. Estes FCD basearam-se na articulação das orientações e das estratégias de política nacional e regional para o ordenamento do território e para o urbanismo, por um lado, com os objectivos e opções estratégicas definidos pelo Plano e, por outro lado, com as principais dinâmicas e problemáticas ambientais ocorrentes na área do Plano de Urbanização.

Na sequência dos pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro, pelo Instituto de Conservação da

Natureza e da Biodiversidade e pela Administração de Recursos Hídricos do Centro foi elaborada em Dezembro de 2008 uma adenda ao relatório dos FCD, completando o Quadro de Referência Estratégico (QRE), bem como os indicadores relativos aos critérios de avaliação.

O Relatório Ambiental, que concretiza a Avaliação Ambiental do PUCE, foi elaborado em paralelo com a proposta de Plano tendo sido apresentado em Abril de 2010, com uma estrutura definida em torno dos Factores Críticos de Decisão (FCD).

A análise do PUCE no domínio do quadro estratégico de referência, permitiu avaliar de que forma a sua concretização contribui para alcançar as metas estratégicas estabelecidas a nível nacional e internacional para os factores considerados.

Na avaliação ambiental procedeu-se à caracterização da situação actual e à sua evolução sem a implementação do plano, bem como à sistematização dos efeitos ambientais relevantes decorrentes da aplicação da proposta de plano, nomeadamente dos resultantes das acções a desenvolver inerentes aos usos do solo previstos no modelo de ordenamento proposto. A avaliação permitiu ainda definir um conjunto de medidas e recomendações a desenvolver com a implementação do PUCE.

As considerações ambientais e o relatório ambiental seguiram o faseamento estabelecido, tendo o processo sido conduzido em paralelo com a elaboração do Plano de Urbanização. Deste processo interactivo, resultou que as principais considerações ambientais foram integradas no Plano de Urbanização apresentado em consulta pública e expressas no relatório ambiental.

ii) Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e os resultados da respectiva ponderação.

As Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) consultadas foram as seguintes:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).
- Administração de Região Hidrográfica do Centro (ARH-C).
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

Na Reunião da Conferência de Serviços, realizada a 12 de Março de 2010, apenas a CCDR-C apresentou comentários à Avaliação Ambiental, tendo referido que cumpre

os requisitos, apresentando no entanto comentários que foram integrados no Relatório Ambiental.

iii) Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

O artigo 8.º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, prevê a consulta dos Estados Membros da União Europeia sempre que o Plano ou Programa em causa seja susceptível de produzir efeitos no ambiente de outro Estado Membro.

Face à sua natureza e considerando a restrita área de intervenção do PUCE, este plano não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8º.

iv) Razões que fundaram a aprovação do PUCE à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.

A proposta do Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE) foi elaborado pela empresa CyberArq - Arquitectura, Urbanismo e Design, Lda., de acordo com o esquema geral de procedimentos dos Planos de Urbanização.

A área do PUCE corresponde ao perímetro urbano da cidade de Estarreja e compreende uma superfície territorial de aproximadamente 304 ha. Em termos administrativos, o Plano Urbanização está integrado nas freguesias de Beduído, sede do concelho de Estarreja, e numa pequena parte da freguesia de Salreu.

De acordo com a Câmara Municipal de Estarreja, a elaboração do PUCE resulta da necessidade de estruturação e qualificação do ambiente urbano da “cidade existente” e orientar a sua expansão para que esta se desenvolva de forma planeada, com garantia de espaços urbanos mais agradáveis e dotados de sustentabilidade socioeconómica. O PUCE tem, assim, com principais objectivos estratégicos:

- a) **Requalificação / revitalização da cidade** existente e do tecido urbano e social, promovendo a ocupação urbana de forma programada e sustentada, preconizando formas de implantação e relações e escalas urbanas compatíveis.
- b) **Melhoria das acessibilidades e da mobilidade interna**, sustentando o papel da estrutura viária existente e futura tendo em consideração os constrangimentos actuais.

- c) Promoção da **expansão do Parque Verde Urbano**, assegurando o reforço claro da zona ribeirinha e da relação da cidade com o rio Antuã, reabilitação da ZPE e requalificação do Esteiro de Estarreja.
- d) Melhorar os níveis de **serviço**, designadamente através da criação e redimensionamento de um conjunto de **equipamentos sócio-económicos, desportivos e culturais**, e ainda através da criação de novas estruturas verdes associadas a percursos pedonais e a equipamentos de utilização colectiva.

A Avaliação Ambiental efectuada permitiu, sinteticamente, obter os seguintes resultados:

Questões Estratégicas do Plano	Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica
a) Requalificação / revitalização da cidade	A concentração do uso urbano em torno de um núcleo devidamente infraestruturado permitirá a regeneração e ocupação de áreas intersticiais, conter a expansão urbana, promover a mistura de usos e densificar as áreas melhor servidas pela rede de transportes, traduzindo-se na melhoria da qualidade do ambiente e a salvaguarda dos recursos naturais.
b) Melhoria das acessibilidades e da mobilidade interna	A minimização dos actuais problemas do tráfego, associados à existência de pontos de congestionamento, contribuirá significativamente para a qualidade do ambiente (qualidade do ar e ambiente sonoro) e da qualidade de vida da população.
c) Expansão do Parque Verde Urbano e reabilitação da ZPE	A beneficiação ambiental decorrente da expansão e qualificação dos espaços verdes urbanos e da criação de uma estrutura verde, articulada com os recursos naturais da envolvente, permitirão a salvaguarda dos valores naturais e a constituição de áreas de recreio e lazer dentro do perímetro da cidade.
d) Melhorar o nível de serviço dos equipamentos	A valorização da cidade e das suas dinâmicas através da presença de serviços e equipamentos de utilização colectiva no núcleo urbano, facilitam as deslocações e promovem uma melhoria da qualidade de vida e ambiental.

v) Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Medidas e Recomendações de planeamento

RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS	
Áreas de conexão com Áreas Classificadas	- Nos espaços verdes urbanos utilizar espécies vegetais adaptadas às características da região, de preferência semelhantes às existentes nos espaços natural.
Áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientações especiais (PSRN2000)	- Promover acções de limpeza das margens do curso de água e dos canais de irrigação, de acordo com as orientações do PSRN2000. - Promover acções de erradicação de invasoras. - Definir alternativas para os usos artificiais existentes na área da ZPE, nomeadamente através do fornecimento de alternativas de localização.
Paisagem e património	- Manter os espaços verdes cuidados e criar espaços de lazer para a população. - Criar meios de apoio à conservação do património.

	<ul style="list-style-type: none"> - Rearranjar os espaços verdes da cidade, com particular relevância para o Esteiro de Estarreja.
QUALIDADE DO AMBIENTE	
Solo	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um programa de medidas de gestão para as práticas agrícolas de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e da água subterrânea, com particular relevância para o uso de nitratos.
Água	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma política municipal dirigida à despoluição gradual das linhas de água do concelho. - Incentivar o aumento da taxa de adesão às infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.
QUALIDADE de VIDA	
Equipamentos e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir uma eficaz gestão dos resíduos produzidos no concelho face à expansão urbana prevista. - Manter os espaços verdes de forma cuidada. - Promover o rearranjo dos espaços verdes da cidade, com particular relevância para o Esteiro de Estarreja. - Garantir que os equipamentos apresentam uma localização adequada face à proveniência dos utentes a servir, minimizando as deslocações em transportes individuais.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar circuito de transportes colectivos e ajustar os horários ao funcionamento das áreas industriais da envolvente. - Implementar rede de vias cicláveis na área do PUCE e entre esta e a envolvente.
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
Estrutura de usos dos planos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Articular e integrar atempadamente as propostas do PUCE na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, actualmente em curso.
Condicionantes e servidões	<ul style="list-style-type: none"> - Concretizar os processos de redelimitação da REN e RAN.

Monitorização

FCD	Critérios	Indicadores
Recursos Naturais e Patrimoniais	Áreas de conexão de Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas Classificadas e outras áreas de valores naturais relevantes. - Áreas de REN e RAN. - Área afecta aos corredores verdes.
	Áreas húmidas fundamentais para espécies-alvo de orientações de gestão (PSRN2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Área com habitats húmidos onde ocorrem espécies-alvo de orientações de gestão. - Habitats afectados vs recuperados.
	Paisagem e património	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de valores paisagísticos. - Área artificializada vs espaços verdes. - Património protegido / valorizado.
Qualidade do Ambiente	Solo	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de impermeabilização do solo. - Área de solo vulnerável à contaminação. - Área de solo urbano / solo rural.

FCD	Crítérios	Indicadores
	Qualidade do ar e ruído	<ul style="list-style-type: none"> - Excedências de NOx, CO₂, PM10 e ozono. - População exposta a níveis de ruído superiores aos valores máximos admissíveis.
	Água	<ul style="list-style-type: none"> - Área de DH. - Variação do consumo de água. - Qualidade dos recursos hídricos. - Taxa de cobertura e adesão da rede de saneamento.
Qualidade de Vida	Equipamentos e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de cobertura e de adesão à rede de infraestruturas. - Cobertura por equipamentos colectivos. - Capitação de espaços verdes.
	Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de tráfego. - Repartição modal. - Cobertura da rede de transportes colectivos.
	Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> - PIB per capita. - Variação do número de empresas. - Taxa de desemprego.
Ordenamento do Território	Estrutura de usos dos planos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações ao zonamento.
	Condicionantes e Servidões	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações às condicionantes.